

Estados devem R\$ 21,3 bi a seus bancos

Carlos Eduardo

Nelson Oliveira

Para sanear completamente as finanças dos bancos estaduais, o novo governo vai ter de retirar dos ombros daquelas instituições uma carga de R\$ 21,3 bilhões.

Esse é o total da dívida que os estados impuseram aos seus bancos nos últimos anos. Uma parte — R\$ 11 bilhões — é formada por títulos que os bancos são obrigados a rolar no mercado diariamente.

A outra — R\$ 10,3 bilhões — é representada por empréstimos feitos diretamente pelos governos estaduais junto às instituições que controlam. Ou contratados pelas empresas públicas estaduais como companhias de eletricidade.

Segundo uma fonte do Banco Central, o problema mais urgente é a solução para a dívida em títulos. Os bancos têm sido obrigados a ro-

lar essa dívida e, se não o fazem, podem até ser liquidados pelo BC.

Como essa dívida é de responsabilidade exclusiva dos estados, o Banco Central quer que os tesouros estaduais encontrem formas de se financiar sem onerar os seus bancos.

Em breve, o BC, escudado pelo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso irá negociar com os governadores eleitos, principalmente os de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, um programa de reestruturação financeira que dê credibilidade aos estados perante o mercado financeiro.

Ao contrário da dívida em títulos, a dívida representada por empréstimos pode ter uma solução mais demorada na maioria dos casos, mas é um desafio que tem de ser enfrentado conforme as autoridades do BC.

De acordo com um técnico da instituição, resolvido o problema

dos títulos, a maior parte das instituições têm como suportar os novos tempos de inflação baixa.

Mas a dívida dos controladores com seus bancos ainda pesa sobre os balanços das instituições, diminuindo sua credibilidade e aumentando seus riscos, já que o pagamento dos débitos está sujeito a eventuais desequilíbrios orçamentários.

Em alguns casos, como o do Banco do Estado de São Paulo, essa dívida tem sido estimada em R\$ 7 bilhões, ou cerca de 70% do total.

No ano passado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu enquadrar na Lei do Colarinho Branco, os administradores de bancos públicos que emprestarem aos controladores das instituições. Os R\$ 10,3 bilhões ainda na carteira dos bancos foram contratados antes dessa decisão.

